

## QUANDO O OUTRO ASSUSTA: O MEDO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS CIGANOS EM GOIÁS

WHEN THE OTHER SCARES: SOCIAL FEAR IN RELATION TO THE GYPSIES IN GOIÁS

Eliézer Cardoso Oliveira\*  
ezi@uol.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar o medo social existente em Goiás, considerando como estudo de caso, o medo em relação aos ciganos. A hipótese é que a sociedade goiana foi constituída a partir de uma utopia de civilização que foi fonte de medo e angústia, pois acarretou provocou uma desconfiança em todos os grupos que expressavam uma cultura diferente do padrão europeu, como os africanos, os indígenas, os mestiços e os ciganos. O artigo é dividido em três tópicos: no primeiro analisa o medo social a partir de autores como Norbert Elias, Jean Delumeau, Mike Davis, dentre outros; no segundo, contextualiza a presença do medo do outro no contexto de formação histórica de Goiás; no terceiro, analisa o medo dos ciganos presente na sociedade goiana.

PALAVRAS-CHAVE: Medo social; Goiás; Ciganos.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the social fear that exists in Goiás, considering as a case study, the fear in relation to gypsies. The hypothesis is that the society of Goiás was constituted from a utopia of civilization that was a source of fear and anguish, as it caused a distrust in all groups that expressed a culture different from the European standard, such as Africans, Indians, mestizos and gypsies. The article is divided into three topics: in the first, it analyzes social fear from authors such as Norbert Elias, Jean Delumeau, Mike Davis, among others; in the second, it contextualizes the presence of fear of the other in the context of historical formation in Goiás; in the third, it analyzes the fear of the gypsies present in the society of Goiás.

KEYWORDS: Social fear; Goiás; Gypsies.

### *Introdução*

A expansão da civilização ocidental pelo globo terrestre gerou desenvolvimento econômico e possibilitou importantes descobertas científicas, mas os que estiveram na linha de frente do processo civilizatório, apesar de triunfar militarmente e culturalmente sobre os povos conquistados, viveram numa situação marcada pelo medo e pela angústia. Esse pressuposto guia a orientação teórico-metodológica desse artigo, que busca um olhar histórico menos triunfalista, menos otimista, menos ingênuo sobre a implantação da civilização de matriz europeia em Goiás. Num ambiente adverso, uma das regiões de mais difícil acesso para entre todas as colônias portuguesas, a colonização foi complicada do ponto de vista administrativo, mas também do ponto de vista cultural. É que nas terras longínquas do cerrado brasileiro, o “outro”, ou seja, aquele que não se enquadrava nos modelos básicos

---

\* Doutor em Sociologia pela UnB. Pós-Doutor em Ciências da Religião pela PUC (GO). Graduado e mestre em História pela UFG. Professor do curso de História e do Mestrado em Território e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás, em Anápolis Goiás.

de comportamento cristão ocidental tornou-se objeto de medo e repulsa, como foi o caso do indígena selvagem, do escravo africano, dos mestiços e dos ciganos.

A elite branca e cristã, que migrou em massa para Goiás no século XVIII, tentou impor um modelo de sociabilidade de coloração europeu aos negros, aos indígenas e aos mestiços. Mas o preço psicológico que os colonizadores tiveram que pagar foi o medo constante, seja o de perder a vida, perder os bens e, sobretudo, perder sua identidade cultural. Em reação a esses medos, valeram-se de práticas cruéis, como o extermínio, as chacinas, as torturas, a escravidão, as pilhagens.

O medo social do diferente não se confunde com o medo diante dos perigos da natureza. Os desafios de habitar uma terra estranha envolve o risco da escassez de alimentos, de contrair doenças, de enfrentar animais selvagens ou as tragédias naturais. Contudo, diante dos perigos da natureza, os humanos se unem para dominá-la; já diante do medo de outros grupos sociais, os humanos tornam-se cada vez mais xenofóbicos e intolerantes.

O medo em relação aos ciganos ilustra essa ambivalência do processo civilizatório em Goiás. Os ciganos que perambulavam pelo cerrado eram constituídos por grupos que possuíam uma identidade cultural diversa do padrão europeu, com linguajar, rituais, estilo de vida, e relações de trabalho diferenciadas. Demograficamente eram quase insignificantes, mas foram percebidos como “outros” e, por isso, temidos e objetos de preconceitos e até perseguições físicas. Nesse sentido são pertinentes as palavras de Renato Rosso (2004, p. 295), “a língua misteriosa dos ciganos, a sua pela escura, o nomadismo e, segundo uma antiga tradição popular, a pertença a uma raça maldita, contribuíram para a ideia de que o cigano é sinônimo de perigo e subversão.”

Essa representação negativa dos ciganos ecoa até tempos recentes. Roberto Emerson Câmara Benjamim (2004, p. 309) fez um levantamento de matérias publicadas na imprensa injuriosas ao povo cigano, como uma Carta do Leitor de um jornal pernambucano, publicada em 06 de junho de 1979: “será que as autoridades policiais não compreendem que esses elementos são nocivos e vivem perturbando a ordem por onde passam?” Esse estranhamento em relação aos ciganos é consequência do fato, destacado por Ático Vilas Boas (2004, p. 12) de que os ciganos “estão entre nós, mas não fazem parte de nós”. Os ciganos são os “outros” e, nessa condição, em lugares em que os valores civilizatórios ocidentais estão assentados de forma precária, transmudam-se em inimigos, cuja eliminação resultaria em preservação de

uma identidade fragilizada. Esse foi o caso da presença dos ciganos na formação histórica de Goiás.

O artigo está dividido em três tópicos: no primeiro analisa e o medo social a partir de uma revisão historiográfica envolvendo os campos da História e da Sociologia; o segundo analisa o contexto da formação da sociedade goiana a partir do medo e do conflito social; e o terceiro, por fim, analisa o medo social em Goiás.

### *O medo social*

O medo é um objeto conhecido dos historiadores e dos sociólogos. Um dos pioneiros, entre os historiadores a fazer uma pesquisa sistematizada sobre esse objeto, foi Georges Lefebvre (1979) que, em 1932, publicou uma análise sobre o Grande Medo de 1789. O que ficou conhecido como Grande Medo constituiu-se de uma série de boatos falsos, que atingiram quase toda a França e que diziam que os aristocratas armaram bandidos contra os camponeses e contra as cidades e monopolizariam todos os alimentos disponíveis. Uma das características do medo social é que há uma linha tênue separando a verdade e a mentira e o “outro”, geralmente, torna-se objeto de calúnias e exageros. Por isso, os boatos falsos provocaram pilhagens, a invasões de propriedades e a quase a invasão do Palácio de Versalhes. No caso do estudo de Lefebvre, o “outro” era os componentes de uma classe social privilegiada – a aristocracia – mas, por causa, da situação anômala acarretada pela Revolução Francesa, foram estigmatizados pelos camponeses como uma classe perigosa.

Outro historiador francês que se destacou no estudo do medo foi Jean Delumeau. A *História do Medo do Ocidente* (2009) não analisa o medo especificamente social, mas no sentido genérico, que assolava a Europa no final da Idade Média e na Idade Moderna. A maioria dos europeus temia os perigos naturais, como o mar, as doenças (principalmente a peste), o lobo, as tempestades, os fenômenos celestes incomuns (como os cometas e os eclipses), mas temia também coisas advindas da sociedade, como o medo de outro ser humano (que podia ser estrangeiro ou o vizinho), o medo das novidades (como os papéis timbrados que causaram uma forte resistência quando da sua implantação), o nó da agulheta (feitiço que causava impotência e esterilidade), os fantasmas, à noite, a lua, as sedições, o fim do mundo. Desse modo, Delumeau mostrou como o medo é um fator fundamental para entender a organização social, os comportamentos e a mentalidade dos homens e mulheres naquele momento de transição da Idade Média para a modernidade. Um tema do livro

convergente com a análise desse artigo é a do antissemitismo, que, dentre outras coisas, foi alimentado pelo “medo sentido por doutrinários que identificam o judeu com o mal absoluto e o perseguem com seu ódio implacável mesmo quando ele foi repellido para fora das fronteiras (DELUMEAU, 2009, p. 415)”. Essa perseguição, intensificada no século XVI, demonstram um paralelismo entre a emergência de valores civilizatórios modernos e a perseguição do “outro”, visto como ameaça a esses valores.

Delumeau analisa o medo especificamente social em outro livro, *O pecado e o medo* (2003), no qual mostrou que, entre os séculos XIII e XVIII, as disputas de naturezas ideológicas entre o catolicismo e o protestantismo provocaram uma ansiedade em relação ao pecado e ao inferno, que foi responsável por imputar um intenso sentimento de culpa nos homens e nas mulheres desse período. Essa “pastoral do medo”, católica e protestante, provocou a desvalorização das coisas materiais, um pessimismo em relação à vida, explicando, de certa forma, o gosto mórbido por espetáculos de sofrimento e medo existente nesse período. Desse modo, afirma o autor:

Assim, somos levados a restituir em toda a sua coerência e suas mais amplas dimensões o Medo sentido pela civilização europeia no início dos tempos modernos e antes da descoberta do “inconsciente”: ao “temor”, ao “pavor”, ao “terror” e ao “sobressalto” suscitados pelos perigos exteriores de toda natureza, vindos dos elementos e dos homens juntaram-se dois sentimentos não menos opressivos: “o horror” do pecado e a “obsessão” da danação. (DELUMEAU, 2003, p. 12)

No conjunto, as duas obras de Delumeau demonstram que os europeus estavam mergulhados num universo de medo: da sociedade, do natural, do sobrenatural e de si mesmos. Quando canalizado para o outro ser humano, esse medo produziu páginas cruéis de perseguição às mulheres ou as minorias étnicas, como os judeus e ciganos.

O medo do sobrenatural estava bastante presente em sociedades tradicionais. A dissertação de Ramon Fernandes Grossi, *O medo na Capitania do Ouro, relações de poder e imaginário sobrenatural no século XVIII*, analisou o imaginário de medo que impregnava a população branca da capitania de Minas. Numa época em que o cotidiano era dominado pelo que o autor chama de “uma vivência mágica do mundo”, o medo da danação eterna, das almas, do diabo, dos feiticeiros explicava muitas atitudes específicas da época, como, por exemplo, as generosas doações nos testamentos. Quanto ao medo social era canalizado principalmente para o escravo, fundamental para a produção e muitas vezes compartilhando

a intimidade da família, o mesmo temido por ser um potencial feiticeiro e, principalmente, por representar o perigo de subversão da ordem, por meio de uma revolta violenta. Como no Grande Medo francês, nas Minas também surgiram boatos que realçavam a periculosidade do “outro”:

As esperadas revoltas escravas que buscariam eliminar a população branca das Minas nunca chegaram a ocorrer, no entanto, os mineiros costumavam aguardar tais acontecimentos tenebrosos, principalmente durante a quinta-feira de Endoenças, de modo a ser cultivada uma fantasia do medo que irrompia nas vésperas da quinta-feira santa e, também, prolongava-se em outros momentos do cotidiano. (GROSSI, 2002: 145)

A “fantasia do medo” também atingiu proprietários e outras regiões do país. Em São Paulo, os negros também eram temidos pelos senhores. Célia Maria Marinho de Azevedo, no livro *Onda negra medo branco*, analisa essa apreensão na segunda metade do século XIX, quando, com a proibição do tráfico negreiro em 1850, os negros do Norte e Nordeste do país passaram a ser transferidos para São Paulo a fim de serem usados nas fazendas de café. O aumento dos escravos provocou o aumento da ansiedade, o que explica, em parte, o esforço paulista para o estabelecimento de uma política de importação do imigrante europeu. Uma das justificativas era o perigo de insurreições negras (como as ocorridas no Haiti ou na Bahia) ou dos crimes dos escravos contra os seus senhores.

Frente a estas expectativas disseminadas de inversão da ordem política e social, de vingança generalizada contra os brancos, os ouvidos educados não só ouviram como começaram a falar e sobretudo escrever, registrando todo um imaginário em que se sobressai a percepção de um país marcado por uma profunda heterogenia sociorracial, dividido entre uma minoria branca, rica e proprietária, e uma maioria não-branca, pobre e não proprietária. (AZEVEDO, 1987, p. 36)

O “outro” pode ser o vizinho e o amigo, mas, de repente, por causa das injunções políticas longínquas torna-se o seu inimigo. Foi o que aconteceu com os descendentes de alemães, italianos e japoneses que viviam no Brasil durante a Segunda Guerra, conforme o estudo de Marlene de Fáveri (2004), analisando o caso de Santa Catarina. A declaração de guerra à Alemanha, em 1942, tornou os alemães, juntamente com os japoneses, suspeitos perante a população brasileira. Assim os descendentes dos alemães em Santa Catarina, “visados na sua origem étnica e potencialmente suspeitos, o medo da polícia, das denúncias, de trair-se na fala da repressão, da prisão, atormentava o cotidiano” (FÁVERI, 2004, p. 53).

O “outro” exala medo, principalmente quando sua etnia é diferente. Um caso bem representativo é o dos negros norte-americanos que, ao conquistarem direitos mais inclusivos, tornaram-se cada vez mais temidos por segmentos da etnia branca. Um caso bem representativo é o da cidade de Los Angeles, uma cidade obcecada por uma destruição apocalíptica, o que explica o fato de “a destruição de Los Angeles [tenha] sido o tema ou a imagem central de pelo menos 138 romances e filmes desde 1909” (Davis, 2001, p. 264). Essa ansiedade obsessiva com a destruição se explicaria pela tensão entre negros, brancos e outros imigrantes que, em alguns momentos, irrompem-se em conflitos raciais. Assim para Mike Davis,

Desde os primeiros exemplos do século 19 da destruição literária de Londres e Nova Iorque, até as últimas fantasias de sobrevivência em Los Angeles, o medo que os brancos tem das raças escuras jaz no íntimo dessas visões (com a crítica sardônica das culturas religiosas e das culturas marginais vindo em distante segundo lugar). É esta obsessão, muito mais que a ansiedade em relação a terremotos ou armas nucleares, que nos leva de volta a Los Angeles real, e também aos temores mais profundos que estimulam a nossa cultura” (DAVIS, 2001, p. 269-70).

Analisando o medo social na sociedade americana, Barry Glassner em *Cultura do Medo* procurou esclarecer porque os norte-americanos temem cada vez mais o que deveriam temer cada vez menos. Uma das suas hipóteses é que os americanos vivem cercados por falsos medos, ou seja, aqueles baseados em estimativas irrealistas, fontes de ansiedades que poderiam ser facilmente evitadas. Um dos lugares mais seguros do mundo do ponto de vista estatístico produz uma das sociedades com extremo grau de angústia e apreensão.

Um dos responsáveis por esse ambiente impregnado de medo é a mídia, que utiliza metáforas hiperbólicas na descrição da violência: uma das mais comuns consiste em comparar a periculosidade das ruas norte-americanas a uma zona de guerra. Além disso, a mídia valoriza muito mais as vítimas brancas do que as negras, dando a ilusão do que os negros são os maiores perpetradores de crimes, quando na verdade são as maiores vítimas: “um negro tem 18 vezes mais chance de ser morto que um branco” (GLASSNER, 2003, p. 196). No entanto, o que alimenta essa distorção da mídia norte-americana é o longo histórico de desigualdade racial, social e econômica entre negros e brancos nos Estados Unidos.

No Brasil, o preconceito de parte da elite econômica contra negros e pardos resulta num medo social, que os identifica cada vez mais como criminosos potenciais. Contudo, os dados estatísticos demonstram que a situação brasileira, nesse aspecto, é bem similar à norte-

americana. Numa pesquisa sobre as vítimas de homicídios em 14 estados brasileiros Oliveira, Lima e Santos (1998, p. 48) constataram que “os negros ficam em primeiro lugar no índice de mortalidade, abrangendo o total de 43,44% dos casos de homicídios”. Caso se considere “morenos” e “pardos” como negros, teriam “um total de 66,1% de homicídios noticiados de “não-brancos” (...) contra 33,9% de homicídios noticiados e identificados de “brancos”. A proporção seria então de 1,95 negro morto para cada branco ou uma diferença de 32,2%”.

Portanto, esses estudos corroboram a tese de que grande parte dos medos que os indivíduos sentem é explicada mais satisfatoriamente por categorias sociológicas do que por psicológicas (isso não significa negar o seu papel na explicação de inúmeras fobias). O medo social é o medo decorrente da organização social que induz os indivíduos a sentirem medo dos outros, vistos como um potencial perigo a sua identidade grupal.

Um exemplar estudo desse medo social foi efetivado por Norbert Elias e John Scotson, na análise feita em Winston Parva (nome fictício dum bairro inglês), que resultou no livro *Os estabelecidos e os Outsiders*. A figuração social desse bairro era formada pelos “estabelecidos”, os moradores antigos, e os “outsiders”, os moradores mais recentes. Esse simples detalhe foi suficiente para que a identidade cultural dos pioneiros fosse mais coesa, fazendo com que se sentissem moralmente e socialmente superiores aos membros do outro grupo. Por outro lado, os “outsiders” internalizaram os insultos recebidos e passaram a se sentir e até mesmo a se comportar – no caso das crianças e dos adolescentes – em conformidade aos estereótipos imputados. Por trás da frieza e dos preconceitos dos estabelecidos, estava o medo que eles sentiam dos outsiders de colocar em risco a sua identidade:

Os recém-chegados que se fixaram no loteamento foram vistos como uma ameaça a essa ordem, não porque tivessem qualquer intenção de perturbá-la, mas porque seu comportamento levava os velhos residentes a achar que qualquer contato estreito com eles rebaixaria seu próprio status, que os arrastaria para baixo, para um status inferior em sua própria estima e na do mundo em geral e que reduziria o prestígio de seu bairro, com todas as possibilidades de orgulho e satisfação que lhe estavam ligados. (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 167).

Portanto, por trás do maior autocontrole dos “estabelecidos”, escondia-se uma insegurança de se deixar envolver pelos “outsiders”. Se estivessem seguros da sua posição, o outro poderia ser visto com desprezo, mas não como ameaça. A repugnância pelo outro aumenta na proporção em que corresponde a uma ameaça real ou imaginada. Mas o estudo

de Elias e Scotson demonstra que se até a antiguidade da moradia foi um critério para justificar o desprezo e o medo do “outro”; mais intenso seria quando esse desprezo e medo se fundamentava na cor da pele, na linguagem ou num modo de ser e se comportar diferente.

Em outro livro bastante conhecido, *O processo civilizador*, Norbert Elias informa que o medo social é um elemento inerente ao processo civilizador, caracterizado pelo controle dos afetos e pela pacificação da conduta. Para ele, “só obteremos uma melhor compreensão das mudanças de conduta e sentimentos numa direção civilizadora, (...) se nos tornarmos conscientes das mudanças na estrutura dos medos construídos, a que eles estão ligados” (Elias, 1993, p. 269). Com o processo civilizador, os humanos deixaram cada vez de sentir medos diretos – de outro ser humano mais forte, de um animal, do sobrenatural, das catástrofes naturais – e passaram a sentir medos indiretos: “o medo que o homem sente de si mesmo, de ser dominado pelos seus próprios impulsos afetivos” (Elias, 1993, p. 270). Isso evita pensar a teoria do processo civilizador de Norbert Elias como marcada por um otimismo ingênuo, pois a sua leitura freudiana, levou a perceber que o custo psíquico da civilização é a internalização do medo e da ansiedade.

Foi por meio desse medo social que a civilização se expandiu, pois ele foi importante para reforçar a conduta e a coesão interna dos integrantes dos grupos civilizados. No entanto, em determinadas situações, como nas regiões colonizadas pelos europeus, onde havia grupos rivais, ocorreu uma forte “ansiedade pessoal, no medo do indivíduo de degradar-se” (1993, p. 213). Nesse caso, os membros do grupo ou exterminam o “outro”, ou estabelecem um regime de apartheid, ou convivem com ele, estabelecendo trocas culturais. Nesse último caso, o “outro” passou a ser fonte de ansiedade, pois a civilização é uma ideologia que não admite contemporização por parte de seus membros. Esse último caso foi o que aconteceu em Goiás, pois os colonizadores tiveram, para terem sucesso na colonização de uma região distante dos polos civilizadores, de conviver com grupos culturais diferentes, como os indígenas, os negros, os mestiços e os ciganos, o que gerou uma forte ansiedade.

### *O medo do “outro” em Goiás*

As bases sobre as quais foi construída a sociedade colonial, goiana no século XVIII e XIX, modelaram um ambiente permeado de medo social. Os poucos brancos e brancas que vieram ou nasceram em Goiás tiveram como principal desafio sobreviver à ameaça da perda da identidade de grupo (os valores da civilização cristã portuguesa) ou à ameaça de extermínio



puro e simples. Nesse período, eles estavam cercados por indígenas e negros, com hábitos e costumes que ameaçavam sufocá-los com sua superioridade numérica, ou até matá-los com suas armas, coragem e estratégias. O preço a pagar pela vitória sobre os grupos rivais era viver sempre com medo. Uma situação semelhante à da cidade de Esparta, na Grécia Antiga, onde a angústia dos espartanos diante do “perigo hilota” explicaria as características específicas de sua organização social: uma sociedade de guerreiros, na qual se valorizava a coragem, a força e a perfeição física. Pode parecer paradoxal o fato de que os espartanos, considerados como um dos povos mais corajosos da história, na verdade vivessem em medo constante de uma reação dos povos subjugados.

Apesar de evidente, o medo dos segmentos dominantes foi pouco abordado pelos historiadores. Isso porque, quase sempre, eles escreviam a história na perspectiva dos vencedores e estes achavam que “medo é a prova de um nascimento baixo” (Delumeau, 1989, p. 18), sinônimo de covardia; assim eles escondiam os seus medos, quem tinha medo era sempre o outro. Além disso, mesmo historiadores mais argutos em perceber a presença das relações de poder nas fontes históricas, muitas vezes, ficaram mais impressionados com as lamúrias dos vencidos do que com o medo dos vencedores. Essa é uma das grandes dificuldades para abordagem desse assunto: as pessoas do passado deixaram para a posteridade monumentos de coragem e escamotearam as marcas de seus medos.

Grande parte dos monumentos existentes nas praças e nas ruas pode ser vista como uma forma de se esconder o medo. O *Monumento do Bandeirante*, um dos símbolos de Goiânia, representa Bartolomeu Bueno da Silva numa pose imponente e altiva, escondendo a situação de medo em que ele e seus contemporâneos viveram no início da colonização branca em Goiás.

No entanto, é impossível esconder o medo. Ele sempre deixa marcas profundas na organização social; por mais que se tente escondê-lo, sempre se encontra um vestígio, seja nas fontes históricas, seja no folclore ou nos costumes.

O povoamento branco de Goiás se iniciou a partir do momento em que a bandeira organizada por Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, depois de mais de três anos perambulando pelo sertão, retorna à cidade de São Paulo em 1725 e o governador Rodrigues Cesar de Meneses manifesta o desejo de explorar sistematicamente as novas minas descobertas. Esta bandeira que, na mitologia histórica

goiana, é considerada como “descobridora” prenunciou as dificuldades que seriam encontradas na colonização de Goiás. Na região do Planalto Central, quarenta dos cerca de cento e cinquenta integrantes pereceram diante do inóspito ambiente do cerrado, o que de acordo com o historiador Paulo Bertran foi “a maior tragédia coletiva já ocorrida na região até os dias de hoje”. Isso porque

vinha a expedição quase só por regiões de cerrado ralo (...), aproximadamente abrasadas pela seca; a caça pouca e arisca; o sol arrasador; os campos abandonados pela fauna; o ar pesado e de baixa umidade, tudo levando a um processo cumulativo e fatal de desidratação, de insolação e desnutrição, cujo desenlace deu-se não muito longe de Brasília. (BERTRAN, 2000, p. 67)

Diante da fome, os bandeirantes se valeram da flora e fauna do cerrado (peixes, macacos, pássaros, palmitos, etc.) ou de roças dos indígenas. Nesse caso havia o medo de um ataque, conforme se evidencia no relato de um dos integrantes da bandeira:

Eu tive a fortuna de me darem dezessete espigas, e si tive mais algum milho o devo ao trabalho e perigo com que o recolhi das roças que tinha deixado o gentio de refugio; assim o fizeram todos os mais, não se isentando do mesmo trabalho ainda os religiosos, porque si o quiseram o carregaram e tiraram por suas próprias mãos, escoltados sempre de outros por medo do gentio. (A bandeira do Anhanguera a Goyaz em 1722, segundo José Peixoto da Silva Braga. In. Memórias Goianas I, 1982, p. 17)

Essa situação de tensão e medo vivenciada pelos bandeirantes permanecerá durante, ao menos, nos primeiros 150 anos do povoamento branco em Goiás. Os colonizadores viveram em estado de medo social, o receio de perder a identidade, diante da presença dos indígenas, dos negros africanos, dos mestiços e dos ciganos. A colonização branca e cristã de Goiás se deu nesses termos. Os conflitos entre a elite política, econômica e intelectual contra os “outros”, isto é, aqueles não bem integrados ao processo civilizador,<sup>1</sup> definiu a configuração sociológica básica da implantação da colonização em Goiás.

---

<sup>1</sup> Existem vários termos disponíveis para designar os “civilizados” e os não-civilizados. Um deles é o par estabelecidos / *outsiders*. A vantagem da palavra “estabelecido” é de ter um sentido mais amplo, não ficando preso às relações econômicas, étnicas, intelectuais ou religiosas. A desvantagem é porque são termos de significados meio obscuros na língua portuguesa. É uma palavra mais apropriada que “classe”, pois nem todos os que se diziam civilizados, eram economicamente superiores; além disso soa cacofônicas expressões do tipo “classe dos índios” ou “classe dos ciganos”. A palavra “cristão” é genérica demais. A palavra “elite”, apesar de ser mais apropriada para designar membros de um grupo, do que o próprio grupo será utilizada neste trabalho, prioritariamente, para referir-se aos “civilizados”; a sua vantagem é permitir o uso de expressões restritivas: elite econômica, elite política, elite intelectual. Além disso, quase todas as fontes históricas são manifestações da elite, ou “intelligentzia” desses civilizados. Apesar das restrições, cada um desses termos, de algum modo, refere-se aos estabelecidos. No início eram portugueses e brasileiros brancos, católicos e proprietários; posteriormente o grupo se ampliou com os assimilados (índios, negros e mestiços).

Desse modo, a palavra “civilização” é utilizada neste texto, ao mesmo tempo, como conceito - no sentido desenvolvido por Norbert Elias e Freud – e como representação, no sentido presente nos documentos dos contemporâneos. Contudo não se compartilha o sentido “triumfalista” com que a palavra, às vezes, é empregada em ambos os casos. Assim “civilização” é meramente uma das maneiras de se comportar ou uma das representações coletivas utilizadas pelos homens e mulheres do passado. Nada mais do que isso.

Cabem aqui as palavras de protesto de Bauman sobre a persistência do mito do processo civilizador

Sua resistência é sustentada por uma ampla coalizão de opiniões respeitáveis, incluindo a *visão whig* da história como sendo a luta vitoriosa da razão contra a superstição; a visão weberiana da racionalização como um movimento rumo à obtenção de mais com menos esforço; a promessa da psicanálise de acuar o animal que existe em nós; Marx com a crença de que a sociedade poderia ter o pleno controle da espécie humana; Elias, acreditando na eliminação da violência da vida cotidiana. (BAUMAN, 1998, p. 31)

É preciso ressaltar esses autores citados por Bauman reconhecem os aspectos negativos da civilização: Weber notou o perigo da burocratização acabar com a criatividade humana, Marx criticou e denunciou a especialização e reificação levada a cabo pela divisão de trabalho capitalista, Freud mostrou o conflito entre civilização e o instinto de agressão e Elias reconheceu que a pacificação da conduta e o autocontrole, na medida que interioriza o medo e a vergonha, é fonte de ansiedade.

O processo civilizador não se desenvolve sem conflitos entre grupos diversos. Em Goiás, esse conflito ocorreu entre portugueses e brasileiros, entre brancos e mestiços, entre homens e mulheres, entre indígenas e negros, entre brancos e indígenas, entre escravos e livres, entre os diversos núcleos mineradores, entre cidade e campo, entre ricos e pobres, entre valentes e intelectuais. No entanto o conflito básico se dava entre o pequeno grupo de “civilizados” e os “outros”, deixando marcas profundas na sociedade goiana. É preciso ressaltar que o conflito não é sempre negativo do ponto de vista sociológico, já que os antagonismos podem contribuir para melhorar a harmonia e reforçar a identidade entre os membros de um grupo.

O conflito entre os grupos geralmente é provocado pelo desejo de possuir um objeto que o outro grupo possui, ou pelo desejo de vingar uma ofensa, ou pelo ódio a algum

comportamento detestável presente no inimigo. Nesses casos, satisfazendo o motivo originário do conflito, ele pode se amenizar ou até se extinguir; a situação de conflito, como no caso da escravidão, pode-se misturar com outras combinações sociais, atenuando o seu caráter conflitante. No entanto, além desses casos em que o conflito tem um motivo concreto, há um outro que ocorre,

Quando o conflito é determinado exclusivamente por sentimentos subjetivos, quando as energias interiores só podem ser satisfeitas através da luta, é impossível substituí-la por outros meios; o conflito tem em si mesmo o seu propósito e conteúdo e por essa razão libera-se completamente da mistura com outras formas de relação. (SIMMEL, 1983, p. 134)

Foi esse o caso do conflito entre os “civilizados” e os “outros” em Goiás. Apesar dos inúmeros pretextos para a divergência com indígenas, negros, ciganos e mulatos, o principal era um sentimento subjetivo de insegurança. Os motivos para os conflitos não estavam nos “outros”, mas nos próprios “civilizados”. Daí o ódio combinado com o medo, o estranhamento. O modo como os ciganos eram vistos é um exemplo desse medo social em relação ao diferente e que supostamente colocaria em perigo as bases civilizatórias.

### *O medo dos ciganos*

Goiás foi colonizado pelos brancos, que trouxeram os negros para auxiliar no processo de colonização. Juntamente com os brancos e negros, vieram, sem serem convidados, os ciganos. Esse grupo étnico sempre foi, em relação ao contingente demográfico total, bastante reduzido, mas, apesar disso, suscitou um medo considerável na população de Goiás.

Os ciganos provavelmente se originaram na Índia, mas, segundo a lenda, são originários do Egito, onde foram amaldiçoados a vagar eternamente pelo mundo por terem se recusado acolher o Menino Jesus e seus pais que fugiam de Herodes. Outra tradição diz que foram amaldiçoados por terem forjado os cravos do Martírio da Crucificação; outra que foi uma cigana que, por piedade, conseguiu roubar um dos cravos, explicando assim a tradição de conceber a crucificação com apenas três cravos (BETTENCORT, 2004, p. 122-125). Ainda hoje persistem essas imagens ambíguas em relação aos ciganos: “a imagem do cigano pode representar liberdade, alegria e tradição, ou, por outro lado, indolência, marginalidade e parasitismo” (REZENDE, 2000, p. 7). Na maioria das vezes, a imagem negativa dos ciganos sobrepujava em muito a positiva, o que explica o medo social em torno deles.

Os ciganos chegaram, como degredados, ao Brasil bem no início da colonização portuguesa, no século XVI (BARROSO, 2004, p. 215). Ocuparam o Nordeste primeiramente, depois se espalharam gradativamente para outras regiões do país. Em Goiás, ainda no século XVIII, há notícias sobre a presença de bandos armados de ciganos na estrada que ligava a Capitania a São Paulo, sendo que foram reprimidos por Luís da Cunha de Meneses (Neiva, 1988, p. 57). No século XIX, sua presença é atestada pelo relato dos viajantes estrangeiros. Saint-Hilaire deparou-se com um grupo em Goiás, mas parece que não apreciou muito o encontro, pois comentou que “embora o governo tenha imposto restrições a essa casta de gente, eles vagueiam em bandos pelo interior do Brasil, roubando porcos e galinhas por onde passam” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 97).

O austríaco Pohl, em 1818, também deparou com um grupo, mas foi muito mais precavido nas suas avaliações do que seu colega francês:

Levam, como em toda parte, vida errante, praticam quiromancia e ocupam-se com a cura ou exorcismo de doenças e, em ocasiões favoráveis, furtam cavalos e burros que encontram no mato. Fizeram-se tão temidos nas fazendas e engenhos, que neles entram sem pedir licença. Contudo, habitualmente aí se conservam em paz e nada furtam. (POHL, 1976, p. 11)

Feiticeiros e ladrões: termos básicos que explicam o medo dos ciganos por toda parte. Em Goiás do século XIX, em virtude do isolamento em que viviam os proprietários rurais e da credulidade em superstições, o medo pode ter sido bem maior do que em outros lugares do Brasil. Deve ter acontecido muito daquilo que Melo Moraes descreveu no seu pioneiro estudo sobre os ciganos brasileiros: “ao vê-los, o sertanejo para nas estradas, os destacamentos em marcha evitam-lhes o contato, espalhando-se a notícia da aproximação das hordas pelas vilas e lugarejos, cujas autoridades se põem de sobreaviso, a fim de impedir-lhes a entrada.” (MORAES FILHO, 2004, p. 20).

Em 1886, ano em que Melo Moraes publicava essas palavras sobre os ciganos, uma jovem senhora, junto com marido, filhos e empregados, fazia uma viagem do Rio de Janeiro a Goiás. Maria Paulo Fleury de Godoy deixou escrito em seu diário de viagem o medo suscitado por um encontro com um grupo de ciganos em território goiano:

À tarde apeamos no sítio de D. Raquel. De longe avistamos 14 toldos armados. Quais seriam os viajantes? Triste vizinhança. Era um bando de ciganos. Eles acostumavam atacar as tropas. Quase não dormimos. Os camaradas fizeram fogo junto aos lotes e, para não serem surpreendidos

pelo sono, tocaram violão e cantaram até o romper do dia. (GODOY, 1985: 61)

Já em pleno século XX, em 1924, um padre redentorista alemão deparou-se nas suas andanças por Goiás com os ciganos, tendo deles a mesma opinião dos que os desprezaram anteriormente: “por sua vadiagem e pelo pouco respeito que têm pelos bens alheios, são enxotados onde aparecem” (WAND, 1987, s/p). Esses estereótipos sobre os ciganos foram incorporados e difundidos pela literatura regional goiana, o que ocorreu também na literatura europeia no início da Idade Moderna (REZENDE, 2000, p. 94). O imaginário vigente sobre os ciganos aparece principalmente nos contos de Francisco de Brito. Num deles chamado “A promessa”, o narrador diz que “Salu não gostava de ciganos; era gente vagabunda que por onde passava deixava um rastro de sangue e de roubos” (BRITTO, 1969, p. 24). Além da vagabundagem, do roubo e da violência, em seus contos aparecem imagens sobre os ciganos que estão bastante sedimentadas no imaginário popular, como a sempre repetida anedota do cigano que vende o cavalo cego ao ingênuo sertanejo<sup>2</sup>.

É inegável que os ciganos representavam certo perigo para a propriedade e até mesmo para a vida dos isolados habitantes de muitas regiões de Goiás nos séculos precedentes. Contudo, os ciganos eram bem menos perigosos para os “civilizados” do que estes o eram para os ciganos, pelo menos a partir do século XIX. Essa afirmação se fundamenta na leitura dos relatórios de presidentes da Província e governadores, abrangendo o período que vai de 1830 até 1930. É sabido que não são fontes completas, pois dependiam dos relatórios enviados pelos funcionários das vilas, arraiais e povoados. No entanto, parece seguro dizer que, quando aconteciam certos fatos de dimensões catastróficas, os relatórios não iriam ignorá-los. A leitura dos relatórios dos presidentes da Província em Goiás entre 1830 a 1889 tornou possível a seguinte tabela:

**Tabela 1** - Ciganos e morte violenta em Goiás: 1830 - 1889

“Branços” mortos por ciganos	0
Ciganos mortos por “brancos”	12
Ciganos mortos por ciganos	8

Fonte: Relatório dos Presidentes da Província de Goiás. (*Memórias Goianas*. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm> . Acesso em: 15 jul. 2003)

<sup>2</sup> Diferentemente de seus contos, em suas memórias, Francisco de Britto mostra uma boa convivência com os ciganos, como por exemplo, quando seu ele, seu pai e seu tio Sebastião de Britto fugiam dos jagunços de Abílio Wolney no ano de 1919, foram ajudados por um bando de ciganos (Britto, 1980, p. 56).

No relatório de Aristide de Souza Spinola do ano 1879 constava que

Em 15 do referido mês de março, no lugar denominado – Arraial-Velho –, 15 léguas distante de Formosa, um grupo de ciganos, que havia ali praticado uma série de violências contra a propriedade e a honra, e que retirava-se com animais e objetos roubados, foi acometido por um grupo de moradores do lugar, em número de 46, caindo, então, mortos 12 ciganos, 7 homens e 5 mulheres, saindo outros feridos. (Relatório Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz, pelo Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente da Província de Goyaz, no dia 1o de junho de 1879. (Memórias Goianas 12, 1999, p. 239)

Pela forma como foi construída essa narrativa – apresentando os ciganos como autores de “violências contra a propriedade e a honra” – é possível deduzir qual foi o resultado do julgamento dos perpetradores dessa chacina: todos os 26 envolvidos foram absolvidos pelo Júri Popular, no julgamento encerrado em 2 de outubro de 1879. (Relatório Apresentado pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente da Província, à Assembléia L. Provincial de Goiaz, no dia 4 de março de 1880. In. Memórias Goianas 13, 2001, p 18). Oito anos depois, o Relatório do presidente Fulgêncio Firmino Simões constava que

Desde fins de novembro último [1877] que a província tem sido invadida pelo lado sul por grandes grupos de ciganos, aos quais se juntaram criminosos e outros malfeitores expelidos dos sertões das Províncias de Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso. Logo com as primeiras invasões a população ficou aterrorizada e chegaram reclamações do Juiz Municipal de Bonfim, do Juiz Municipal, Delegado de Polícia e Câmara Municipal de Meia Ponte, expondo o estado dessas localidades. Os invasores aproximaram audaciosamente desta última, acampando no Arraial das Antas e lugares próximos, ameaçando atacá-la e saqueá-la. (Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões presidente desta Província entregou a administração da mesma ao Exm. Sr. 2o Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo em 20 de Fevereiro de 1888. In Memórias Goianas 14, 2001, p. 175-1766)

Nesse relato há várias evidências da representação exagerada da população em relação ao problema cigano. Primeiro: a velha estratégia de vale-se de bastos conspiratórios, como o suposto complô entre os ciganos e criminosos; segundo: a crença na excepcional capacidade organizativa desses “criminosos”, capazes de articularem-se na imensidão do espaço conjunto das províncias de Minas, Bahia, Mato Grosso e Goiás; terceiro: o medo de um ataque a Meia Ponte, na época, uma das mais importantes cidades da Província; quarto: o arraial das Antas (atual cidade de Anápolis) estava situado a, no mínimo, a 100 quilômetros “audaciosamente próximo” de Meia Ponte. O comandante da tropa enviada pelo governo provincial ficou impressionado com as notícias exageradas que chegaram “a afiançarem que

a força ia encontrar aquela cidade reduzida a cinzas” (Relatório do Alferes Francisco Joaquim Dantas ao Presidente da Província de Goiás, Fulgêncio Firmino Simões em 1888. In *Memórias Goianas* 14, 2001, p. 199). No entanto, não encontrou nada que justificasse tamanho terror por parte da população.

Quando se teme um inimigo, quase sempre é costume acusá-lo de raptor ou assassino de crianças. Foi o que aconteceu com os judeus, com as bruxas e com os comunistas e, em Goiás, com os indígenas, negros e ciganos. Essa pecha tem o efeito ímpar de demonizar e reforçar o medo do adversário. Portanto, essa imagem é de fundamental importância para se compreender o “medo social do outro”.

Ladrões de criancinhas é um estereótipo que há longo tempo acompanha os ciganos. A viajante Maria Paula Godoy (1985, p. 45) que pernitoou num pouso perto de um acampamento de ciganos em 1896 deixou registradas palavras que expressam esse estereótipo: “dormimos no paiol; eu, com medo de que os ciganos me roubassem meus filhinhos, não fechei os olhos um instante”. Provavelmente muitas mães em Goiás também perderam noites de sono com medo de verem seus filhos ou filhas “roubados” por ciganos.

É muito provável que esses estereótipos se mantiveram graças às admoestações feitas às crianças a fim de reforçar o medo e o ódio aos grupos considerados perigosos. Esse medo, incutido desde a infância, permanece para sempre na memória, contribuindo para a perpetuar socialmente os estereótipos, evitando que as crianças, sempre simpáticas, aproximassem-se dos estranhos. A imagem de “ladrões de criancinhas” atribuída aos ciganos é uma invenção, uma espécie de propaganda ideológica ou calúnia coletiva. Porém, isso não significa dizer que não houvesse casos de raptos de crianças por parte desses grupos marginalizados em Goiás. No entanto, atitudes de indivíduos foram interpretadas como atitudes de grupos, situações específicas e extraordinárias foram generalizadas como normais. As exceções tornaram regras.

### *Considerações finais*

O medo dos colonizadores pelos “outros”, era exagerado, mas era real. A sociedade branca goiana não era hipócrita, mas sim paranoica. Esse fenômeno pode ser explicado pelo que Adorno e Horkheimer (1985, p. 174), analisando o antissemitismo alemão, chamou de falsa projeção: “os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe



pertencem são atribuídos ao objeto: a vítima em potencial.” Uma sociedade paranoica não consegue transformar o outro em objeto de reflexão, pois ela não consegue enxergá-lo. O outro é o espelho, no qual ela enxerga as suas próprias perversões: “a projeção patológica consiste na transferência para o objeto de impulsos socialmente condenáveis no sujeito” (p. 179).

É por isso que os ciganos foram acusados de roubos, assassinatos e raptos de crianças; mas esses crimes eram comumente praticados pelos homens de “boa sociedade”, impregnados de valores cristãos e europeus. A colonização de Goiás, com a expropriação de terras indígenas e com o uso intensivo de trabalho escravo, foi implementada por meio sistemático do saque, do assassinato, do estupro, e do rapto de crianças.

Essa projeção patológica fez que o “outro” ganhasse matizes exagerados, o que justificava a sua subjugação e, em alguns casos, até a eliminação. Indígenas esfarrapados e desesperados transformam-se em guerreiros titânicos; escravos leais e submissos transformam-se em traidores cruéis; bandos de ciganos maltrapilhos provocam pavor em localidades inteiras. Da mesma forma que os antisemitas acreditavam na absurda conspiração do capitalismo judeu com o bolchevismo internacional denunciada pelo Protocolo dos Sábios de Sião, os membros do Conselho Geral da Província de Goyaz chegaram a acreditar no fato de “terem os selvagens agregados a si não pequeno número de facínoras e pretos fugidos, que os ajudam nas suas furiosas depredações”.<sup>3</sup> (*Ata do Conselho Geral da Província de Goyaz*. In *Matutina Meiapotense*, Meia Ponte, 9 de junho de 1832).

A projeção patológica libera os impulsos reprimidos pelo processo civilizatório. Ela é uma oportunidade de colocar de lado o autocontrole e a pacificação dos instintos, conforme a definição de Norbert Elias. É permitido deixar de ser civilizado para salvar a civilização. É a oportunidade de matar, estuprar, roubar, saquear, gritar, uivar e ser recompensado socialmente por isso. É impossível compreender as centenas de bandeiras para perseguir indígenas, quilombolas e ciganos sem considerar o prazer da “ratificação coletiva da fúria”.

O medo social foi inerente às estratégias civilizatórias, principalmente aquelas implantadas em colônias, relativamente isoladas dos núcleos civilizatórios. O efeito disso sobre os indígenas e os africanos estão fartamente registrados pela historiografia brasileira.

---

<sup>3</sup> *Ata do Conselho Geral da Província de Goyaz*. In *Matutina Meiapotense*, Meia Ponte, 9 de junho de 1832. (AGEPEL. CD-ROM).

O caso dos ciganos, apesar do louvável aumento de estudos nos últimos anos, raramente é considerado como um efeito colateral do processo civilizador. Como afirma Augusto de Oliveira e Sousa (2004, p. 97),

Alheios à civilização, avessos ao progresso. Civilização e progresso expulsaram-nos, com suas violências iníquas, mais para o fundo, além dos sertões paulistas, para Mato Grosso, para Goiás, para Minas. [...] Do medo da escravidão, do jugo lusitano, fugiram os índios; de medo das cadeiras, das brutalidades e maus tratos dos civilizados, fogem os ciganos.

Portanto, este estudo visou analisar um estudo de caso de medo social, articulando as representações comumente vigentes sobre os ciganos com a teoria do processo civilizador, elaborada por Norbert Elias. Não se objetivou saber se essas representações se aproximam ou não da realidade, mas de mostrar que elas se explicam pelo preconceito em relação ao diferente.

Essas representações não ficaram apenas no imaginário, fazendo com que uma mãe passasse a noite em claro temendo seus filhos serem surrupiados ou alimentando discursos de serem os ciganos ladrões e embusteiros. Infelizmente, elas geraram ações vis, como o massacre de 12 ciganos ocorrido na proximidade de formosa. Em meio às bonitas palavras comumente encontradas nos relatórios administrativos coloniais, como “catequisar”, “educar”, “pacificar”, “civilização”, aparecem ações vis que se justificam pelo medo social do outro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENJAMIN, Roberto E. C. Ministério Público e Discriminação Étnica: o caso dos ciganos. In MOTA, Ático Vilas-Boas (org). *Ciganos: antologia de ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 305-316.

BARROSO, Gustavo. Segredos e Revelações da História do Brasil: o primeiro cigano que veio para o Brasil. In MOTA, Ático Vilas-Boas da.(org.) *Ciganos: antologia de ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 209-217.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Brasília: Verano, 2000.

BETTENCORT, D. Estevão O. S. B. Os ciganos e a religião. In MOTA, Ático Vilas-Boas da.(org.) *Ciganos: antologia de ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 119-128.

- BRITTO, Francisco. *Memórias de outro tempo*. Goiânia: edição do autor, 1980.
- BRITTO, Francisco. *Terras Bárbaras* (contos). Goiânia: Instituto Goiano de Livro, 1969.
- DAVIS, Mike. *Ecologia do medo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. 2 v. Bauru; SP: Edusc, 2003.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FÁVERI, Marlene de. *Memória de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Univali; Florianópolis: UFSC, 2004.
- GLASSNER, Barry. *Cultura do medo*. São Paulo: Francis, 2003.
- GODOY, Maria Paula Fleury. *Do Rio de Janeiro a Goiás (1896)*. Goiânia: Edição da autora, 1985.
- GROSSI, Ramon Fernandes. *O medo na Capitania do Ouro*. Relações de poder e imaginário sobrenatural no século XVIII. Belo Horizonte, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais.
- LEFEBVRE, Georges. *O Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- MATUTINA MEIAPOTENSE, Jornal. Pirenópolis, 9 jun. 1832.
- MEMÓRIAS GOIANAS 1. A Bandeira do Anhanguera a Goiás em 1722, A viagem de Frei Michel Laurent Berthet a Goiás, Obras poéticas de Florêncio Antônio da Fonseca Grostom, etc. Goiânia: UCG, 1982.
- MEMÓRIAS GOIANAS 12. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1875-1879). Goiânia: UCG, 1999.
- MEMÓRIAS GOIANAS 13. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1880-1881). Goiânia: UCG, 2001.
- MEMÓRIAS GOIANAS 14. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1882-1889). Goiânia: UCG, 2001.
- MORAES FILHO, Melo. Quadrilhas de ciganos. In MOTA, Ático Vilas-Boas da. (org.) *Ciganos: antologia de ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 19 a 39.
- MOTA, Ático Vilas-Boas. Prefácio. In MOTA, Ático Vilas-Boas da. (org.) *Ciganos: antologia de ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 11-13.
- NEIVA, Theodoro da Silva. *Introdução à antropologia goiana II*. Goiânia: edição do autor, 1988.
- OLIVEIRA, Dijaci David; LIMA, Ricardo Barbosa; SANTOS, Sales Augusto. A cor do medo: o medo da cor. In OLIVEIRA, Dijaci David; GERALDES, Elen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de Lima; SANTOS, Sales Augusto (org). *A cor do medo*. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1998. p. 37-60.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: São Paulo: USP, 1976.

ROSSO, Renato. Ciganos: perseguições. In MOTA, Ático Vilas-Boas da (org). *Ciganos: antologia de ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 295-302.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. *Transnacionalidade e etnicidade: a construção simbólica do Romanesthán (nação cigana)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte, UFMG, 2000.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

SIMMEL, Georg. Conflito e estrutura do grupo. In MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 150-164.

SOUSA, Augusto de Oliveira. Questões sociais: os ciganos brasileiros. In MOTA, Ático Vilas-Boas da (org). *Ciganos: antologia de ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 95-99.

WAND, José Francisco. *Costumes e riquezas de Goiás*. Aparecida; SP: 1987. Datilografado. (tradução do exemplar escrito originalmente em alemão em 1924).